



A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO SERVIÇO SOCIAL

Leticia Soares Nunes¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar dados parciais da pesquisa que está sendo realizada acerca da produção de conhecimento sobre a questão socioambiental no Serviço Social. Para tanto, num primeiro momento, ainda que brevemente, discorrer-se-á sobre a compreensão da questão socioambiental e, num segundo momento, analisar-se-á o estado da arte do Serviço Social em relação a referida temática. Busca-se, neste contexto, contribuir com reflexões acerca das possibilidades de atuação do Assistente Social na questão socioambiental, reafirmando a necessidade desta categoria profissional qualificar sua inserção no debate em torno desta temática emergente.

Palavras-Chave: Serviço Social. Questão socioambiental. Produção de conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

O estudo em questão tem por opção a utilização da perspectiva crítico-dialética, embasada na teoria marxista, no processo de investigação e análise para a compreensão da realidade, considerando a contradição posta na sociedade e o movimento histórico dos fatos, dos conflitos sociais, sendo estes considerados em seu contexto social, econômico e político. Assim, busca-se na teoria marxista elementos para a compreensão das manifestações da questão socioambiental², localizando-a no modo de produção capitalista e nas relações sociais, evidenciando que este é um modo de produção que tem intensificado as suas contradições, impondo a destrutividade ambiental e social como “condição” para sua autorreprodução.

Em relação ao Serviço Social, já no trânsito dos anos 1970 aos anos 1980, esta profissão busca renovar-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, no intuito de romper com a tradição positivista, bem como com as práticas voluntaristas, tecnicistas e imediatas que indicam um lastro conservador da sua gênese. Nesse processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional é visível a construção de uma prática engajada com os interesses da classe trabalhadora e uma aproximação com a tradição marxista que oferece ao Serviço Social elementos cruciais para “compreender o significado social da profissão; iluminar a nossa intervenção socioprofissional; dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais” (NETTO, 1989, p. 99).

Na ótica de Netto (1989), o recurso à tradição marxiana pode esclarecer criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do exercício profissional do Assistente Social, bem como contribuir para iluminar as modalidades de intervenção, fundamentar e articular os aportes teóricos que estes profissionais podem fornecer ao conhecimento dos processos sociais. Neste contexto, discorrer sobre a profissão e a questão socioambiental sob esta

¹ leticia_snunes@hotmail.com - Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFSC; Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis – SC.

² Utiliza-se a expressão *socioambiental* como opção política para reforçar uma demarcação discursiva do componente crítico do ambientalismo. Faz-se importante mencionar, ainda, que, os autores que discorrem sobre a temática, utilizam também designações como crise ambiental, crise ecológica, problemática ambiental, por vezes, de forma indistinta, sendo necessário qualificar este debate – questão esta que será objeto de outro estudo da autora que está em desenvolvimento.



perspectiva pode contribuir, dentre outros aspectos, para a superação de abordagens que propugnam uma cultura ambientalista de caráter “supra classista”.

Com estes esclarecimentos, haja vista o conjunto de vertentes interpretativas existentes, entende-se necessário clarear a compreensão da autora acerca da temática socioambiental – questão esta a ser abordada na próxima seção, seguida da análise da produção de conhecimento no Serviço Social nesta temática emergente, objeto deste estudo.

2 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Apesar de um aparente consenso sobre a urgência de se debater a temática socioambiental, verificam-se divergências entre os autores quanto as causas e as estratégias para enfrentar a crise socioambiental (NUNES, 2013). Autores como Dupuy (1980), Pepper (1996), Diegues (2001), Foladori (2005), Silva (2008), entre outros referenciados nos trabalhos dos autores supracitados, fazem menção à existência de diferentes interpretações presente no discurso ecológico ou no pensamento ambientalista, evidenciando que, historicamente, esta temática tem sido um campo de tensão e disputas ideológicas, constituindo-se naquilo que Dupuy (1980, p. 23) chamou de “nebulosa ecológica”.

Em outras palavras, Foladori (2005, p. 01) afirma que

Atualmente, existe uma ampla bibliografia sobre a problemática ambiental. Os autores pertencem às mais diversas tendências políticas e expressam propostas e alternativas nem sempre fáceis de relacionar com suas posturas ideológicas. Disso resulta ser sumamente complicado ter uma visão de conjunto, que permita posicionar-se frente a esse leque de interpretações.

Diante disso, apesar deste artigo não se propor aprofundar todo debate existente entre os principais matizes do pensamento ambientalista, apresenta-se a sistematização elaborada por Foladori (2005) para evidenciar que essas distintas compreensões:

Ponto de Partida Ético	Tipo	Causas da Crise Ambiental	Alternativas para a “sustentabilidade”
Ecocentristas	Ecologia Profunda e Preservacionista	<ul style="list-style-type: none"> • Ética antropocêntrica • Desenvolvimento industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Igualitarismo biosférico • Frear o crescimento material e populacional • Tecnologias de pequena escala
	Verdes e Neomalthusianos	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento populacional e produção ilimitada orientada para a produção de bens supérfluos • Uso indiscriminado de recursos não renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Frear o crescimento populacional • Coibir artigos de luxo • Tecnologias limpas • Controle Estatal • Orientação energética ao uso de fontes renováveis
Antropocentristas	Tecnocentristas - Ambientalismo Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas errôneas • Desconhecimento • falta de participação estatal 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas econômicas e instrumentos para corrigir o mercado • Tecnologias limpas ou verdes
	Tecnocentristas - Cornucopianos	Não há crise ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Livre mercado sem participação estatal • Sem restrições à tecnologia: “O mercado se



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

	Marxistas	Da crise contemporânea: Relações sociais capitalistas. (Existem causas genéricas à sociedade humana).	encarrega” • Mudanças nas relações capitalistas de produção: meios de produção sob controle dos trabalhadores
--	-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 1: Tipologia do pensamento ambientalista
Autor: Foladori (2005, p. 7)

Tendo em vista que o presente estudo se embasa na teoria marxista, conforme exposto anteriormente, optou-se por trazer reflexões acerca dos marxistas inseridos no grupo delimitado por Foladori (2005) como “antropocentristas”. Embora existam divergências entre os autores marxistas, há um consenso entre estes na medida em que buscam evidenciar que a problemática socioambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza.

Autores como Chesnais e Serfati (2003), afirmam que as formulações dos pensadores clássicos da área social, oriundos dos séculos XVII, XVIII e XIX, dentre eles Marx, não podem ser definidas como ecológicas. E, autores como Löwy (2005), Foladori (2001) Foster (2005, p. 38) que postulam que a obra de Marx está “inextricavelmente atrelado a uma visão de mundo ecológica”. Assim, parte-se do pressuposto que a teoria marxista consiste na interlocução mais frutífera para uma leitura radical das manifestações da destrutividade socioambiental, que é inscrita como parte dinâmica da sociedade do lucro. Autores como Foladori (1999; 2005), Coutinho (2009), Mészáros (2007), Foster (2005), contribuem para o aprofundamento da temática, na medida em que expõe a crise socioambiental a partir da compressão da dinâmica econômica da sociedade capitalista.

Neste sentido, entende-se a questão socioambiental enquanto um “[...] conjunto das manifestações da destrutividade da natureza - cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações burguesas de propriedade – e seus desdobramentos sócio-políticos [...]” (SILVA, 2008, p. 14). Ou seja, a referida questão refere-se

[...] a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2008, p. 44).

Importa expressar que embora a degradação do meio ambiente sempre existiu na história da humanidade com efeitos destrutivos localizados, pode-se constatar que no modo de produção capitalista acirraram-se os problemas causados ao meio ambiente. Conforme Silva (2010, p. 67) diferentemente de momentos pretéritos, no período atual, pesquisas promovidas pelas instituições científicas e agências multilaterais, demonstram que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades, “[...] obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, seja pela via da escassez de matérias-primas, seja pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela depredação ambiental e pela poluição”. No entendimento de Foladori (1999, p. 35):

As relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento com o meio ambiente que lhes são particulares. [...] A tendência exclusiva mais geral é a produção ilimitada. [...] O crescimento ilimitado da sua produção seria a causa de uma poluição e depredação também ilimitadas e segundo alguns autores de uma sobrecapacidade de carga do Planeta. Mas esta tendência ilimitada à produção não é uma consequência natural da espécie humana e sim particular da produção



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015**

capitalista. É claro que a teoria econômica neoclássica e keynesiana têm se encarregado de divulgar o suposto sobre o qual elas se construíram, isto é, que o ser humano tem necessidades ilimitadas. Mas isto jamais foi demonstrado. [...]. A tendência à produção ilimitada é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista.

Com este entendimento, corrobora-se com o exposto pelos autores que defendem que as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro, afetarão a todos e colocam em risco a própria sobrevivência da humanidade, uma vez que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, tanto pela escassez de matérias-primas como pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados à natureza.

3 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Referindo-se à pesquisa acerca da temática socioambiental, Loureiro (2010) destaca que até a década de 1990, seja no cenário nacional ou internacional, as ciências, em geral, não tinham no ambiente um objeto significativo de estudo.

Especificamente falando do Serviço Social, a situação não foi diferente e talvez até mais grave. Recordo-me de que quando fiz o doutorado na área, no fim da década de 1990, não encontrei nenhum interlocutor direto e, apesar de não ter feito um levantamento rigoroso, me atrevera a dizer que não existia na América Latina nenhum (ou se existiam eram muito poucos) trabalho consolidado e linha de pesquisa em instituições públicas que tivesse o ambiente como categoria importante para o conhecimento e intervenção prática do profissional em Serviço Social. As primeiras obras a que tive acesso e que explicitaram a relação entre Serviço Social e questão ambiental, com um acúmulo significativo de reflexão, vieram a pública já na presente década (LOUREIRO, 2010, p. 18).

Na direção do que fora mencionado por Loureiro (2010), autoras como Santos (2007), Carnevale (2010), Corrêa (2010) e Bourckhardt (2010), analisaram o estado da arte no Serviço Social acerca da temática socioambiental e verificou-se certa unanimidade entre as autoras ao afirmarem uma predominância das discussões, principalmente, a partir dos anos 2000, bem como a afirmação de que há um número muito reduzido de publicações acerca da questão socioambiental, principalmente quando comparado às demais temáticas discutidas no Serviço Social. Para clarear alguns pontos expostos pelas autoras, segue o quadro a seguir onde, de forma breve, buscou-se sistematizar os principais documentos analisados pelas autoras e os dados quantitativos identificados:

	Documentos analisados	Dados quantitativos
Santos (2007) TCC UFRJ	Consultas no Centro de Documentação da Escola de Serviço Social da UFRJ; Biblioteca da UFRJ, UERJ e do CRESS 7ª Região-RJ. Consultas online e livros; Revistas; Dissertações e Teses; Anais dos ENPESS e CBAS; Cadernos de Iniciação Científica.	Identificou artigos que datam de <u>1961 a 2006</u> , sendo que os relacionados à questão socioambiental passaram a ser publicados a partir de <u>1990</u> . No total, identificou 3.787 artigos, mas 40 estavam relacionados à temática . Localizou que 20% foram escritos na década de 1990 e 80% no período de 2000 a 2006.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Carnevale (2010) TCC UFSC	Efetou análise de artigos de artigos publicados nos ENPESS e CBAS referentes aos anos <u>2000 e 2008</u> .	No período supracitado realizaram-se 5 ENPESS, auferindo um total de <u>2.704 trabalhos</u> e 40 eram sobre a questão socioambiental . Foram realizados 03 CBAS no período supracitado e de <u>2.703 trabalhos</u> , 38 eram da questão socioambiental .
Corrêa (2010) Dissertação UFJF	Buscou identificar como o debate socioambiental era abordado pelos assistentes sociais, mediante análise de 06 CBAS (<u>1992 a 2007</u>).	Identificou eixos/subeixos que contemplavam a temática, visualizando <u>226 trabalhos</u> . E, através de uma consulta a partir de algumas palavras chaves, identificou 54 artigos sobre a temática socioambiental .
Bourckhardt (2010) Dissertação UFSC	Analisou dissertações e teses defendidas nos PPGSS de <u>1970 a 2008</u> e consultou esses trabalhos através dos sites dos PPGSS, dos Cadernos de Indicadores da CAPES e do “Portal do Serviço Social”.	Em um intervalo de dez anos (1998-2008), nos 16 PPGSS pesquisados, a autora mencionou que em 8 deles foram encontradas produções sobre o tema. Nesses 8 Programas, foram defendidas <u>1.263 dissertações e 512 teses</u> , ao passo que sobre a questão socioambiental, identificou-se 24 dissertações e 6 teses .

Quadro 2: Dados quantitativos sobre a produção de conhecimento no Serviço Social da questão socioambiental
Elaborado pela autora com base em Santos (2007), Carnevale (2010), Corrêa (2010) e Bourckhardt (2010)

Ainda em relação ao número de produções sobre a temática socioambiental, percebe-se, principalmente, a partir de 2000, um crescente interesse acerca da questão socioambiental, onde a mesma passou a compor eixos de congressos, seminários, bem como tema de dossiês de importantes periódicos da área de Serviço Social, dentre eles: Revista de Políticas Públicas v.12, n.2 (2008); Revista Praia Vermelha, v. 19, n. 2 (2009); Revista Katálysis v.15, n.1 (2012). Sinaliza-se, também, livros publicados que buscam estabelecer a relação do Serviço Social com a temática socioambiental, a exemplo de Gómez et al. (2005), Silva (2010) e Araújo, Santos e Silva (2012).

Tendo em vista o exposto pelos autores que o Serviço Social intensificou a discussão da questão socioambiental a partir do ano 2000, efetuou-se a análise dos artigos dos ENPESS referente aos anos de 2002 a 2014, totalizando 07 encontros. De um total de 5.417 artigos, sobre a questão socioambiental identificaram-se 139 produções, sendo estes majoritariamente escritos por doutores, seguido de estudantes de graduação em Serviço Social e estudantes de doutorado e mestrado. Além da titulação dos autores, identificou-se que maior parte dos artigos foram publicados por autores vinculados à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 26 produções; da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com 18 artigos; da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com 10 trabalhos e da Universidade Federal do Pará (UFPA) com 09 produções.

Com exceção das duas últimas Universidades, a UFPE e a UFAM possuem no seu Programa de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social linhas de pesquisas para discorrer sobre a questão socioambiental, a saber: “Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia” (UFAM) e “Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social” (UFPE). Neste íterim, reforça-se que ter disciplinas nos cursos de graduação e linhas de pesquisa nos PPG não necessariamente garante, por si só, uma maior produção da temática, mas muito provavelmente contribui para a ampliação da discussão no âmbito Universitário.

Além destes aspectos quantitativos, por assim dizer, é válido sinalizar as possibilidades de intervenção nesta área. Ou seja, não sendo matéria exclusiva de uma área do conhecimento, a questão socioambiental não pode ser entendida em sua complexidade sem a participação e integração dos diversos campos de saber. Integrando o



escopo de profissões interpeladas a oferecer respostas ao agravamento da questão socioambiental, a atuação do Assistente Social remete a novas exigências que proporcionem a apreensão das dimensões sociais e políticas do ambiental.

Neste contexto, em relação às discussões realizadas pelo Serviço Social sobre a temática socioambiental, Silva (2010) e Rafael (2008) evidenciaram que os trabalhos apresentados por Assistentes Sociais nos anais do ENPESS nos anos de 2004 e 2006 são reveladores de que os debates sobre meio ambiente emergem para o Serviço Social como uma temática transversal às outras áreas já pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude, dentre outras. Em sua tese de doutorado, Silva (2008) afirmou que em estudo efetuado no período de 2003 a 2008, constatou-se que a profissão vinha se inserido nesta área, principalmente, no âmbito da gestão socioambiental, com destaque para as atividades de Educação Ambiental.

Silva e Rafael (2010) mencionam que, no âmbito privado, de uma intervenção prioritariamente focalizada nos funcionários e suas famílias, o Serviço Social passa a uma atuação vinculada à chamada *gestão socioambiental*, as quais se voltam aos usuários dos serviços prestados, às comunidades, aos fornecedores, ao poder público, além das ações relacionadas aos funcionários das empresas.

Este movimento vincula-se à tendência mundial de incorporação do empresariado às práticas socioambientais, como parte de suas estratégias de aumento da lucratividade e de construção de hegemonia: a “responsabilidade socioambiental” é aventada como resposta à questão social e à degradação ambiental na esteira da crescente omissão do Estado na proteção social e na garantia do usufruto coletivo dos recursos ambientais (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 4).

Nunes (2013), com base em pesquisa bibliográfica realizada, pontua que as possibilidades de atuação dos Assistentes Sociais na área socioambiental são visíveis, de forma mais expressiva, no âmbito da elaboração de programas e projetos ambientais; em estudos de impactos socioambientais elaborados, principalmente, para efetuar as ações de remanejamento de população atingida por determinada obra; em situações de desastres; vinculadas aos processos de Educação Ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam, dentre outras.

As autoras Silva et al. (2005, p. 108-109) afirmaram que:

São relevantes os projetos sobre movimentos sociais urbanos na gestão socioambiental e jurídica em cidades brasileiras; diagnóstico socioeconômico e ambiental em nível municipal; educação ambiental como formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania; meio ambiente e desenvolvimento por meio da análise do papel das organizações não-governamentais e indicadores de desenvolvimento local sustentável.

Mediante análise dos artigos dos ENPESS de 2002 a 2014 efetuado pela autora do presente artigo, visualizou, enquanto resultados parciais, certa ampliação nas discussões acerca da temática no decorrer dos anos, entretanto, foi possível identificar uma ampla discussão dos fundamentos da questão socioambiental em detrimento de pesquisas relacionadas à ação profissional. E, algumas das pesquisas cujo objetivo era discutir acerca da ação profissional, os autores pouco aprofundaram tal dimensão e, nesta direção, corrobora-se com Iamamoto (2002, p. 193) quando afirma que:

Muitas vezes considerado como o “patinho feio” no debate acadêmico, [o ensino da prática] tem sido encarado como área residual, pouco valorizada, que dispensaria maior formação intelectual por parte dos docentes, pela sua proximidade imediata



com a experiência cotidiana. Tido, portanto, como uma problemática de segunda categoria, decorrente dos estigmas praticistas com que vem sendo analisado, o ensino da prática tem sido relegado aos “porões” dos processos de reestruturação curricular, deixando-se de lado as exigências acadêmicas presentes nas disciplinas “teóricas”, que demandariam maior nível de abstração e maior exploração bibliográfica.

A não sistematização das ações profissionais, repercute, nos artigos dos ENPESS analisados, na ausência de uma explicitação acerca do que consiste o Serviço Social. Ou seja, nem todos os autores discorreram acerca da sua compreensão sobre a profissão e, quando fizeram, foi visível uma menção à questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social; à uma discussão em torno da função pedagógica do Assistente Social, reforçando a compreensão de que um dos “papeis” deste profissional seria “conscientizar” e fortalecer a organização política da população para exercer o controle social com vistas a melhoria das suas condições de vida, bem como fortalecer para uma consciência ambiental e socialmente crítica na busca por uma outra forma de sociabilidade.

Embora os dados apresentados até então sejam informações parciais da pesquisa que está em processo de desenvolvimento, considera-se que há uma ampliação na discussão sobre a questão socioambiental no âmbito da profissão, entretanto, faz-se necessário, ainda, avançar neste debate, especialmente no que se refere ao exercício profissional do Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Assistentes Sociais vêm sendo convocados a registrarem sua contribuição no âmbito da questão socioambiental tanto no plano teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana. Nesse contexto, postula-se que a atuação do Assistente Social na área socioambiental com ações sustentadas nos eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, onde o projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade neste terreno, deve ter como perspectiva o fortalecimento da articulação com “[...] os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora” (CFESS, 2012, p. 2).

Embora tenha se ampliado a discussão nesta área, é preciso que os Assistentes Sociais se apropriem desse novo campo de trabalho e busquem tanto desenvolver pesquisas que evidenciem a existência de distintos campos ambientais em disputa – rompendo com o discurso falacioso de que todos os que atuam nesta área possuem a mesma concepção de mundo –, quanto sistematizar as ações profissionais realizadas neste campo. Tal questão é fundamental, haja vista que

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim, corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico, entre outras – as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social –, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental”. As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários (SILVA, 2010, p. 156).

Por fim, afirma-se que esta categoria profissional vem buscando romper com as visões idealistas que entendem a questão socioambiental apenas sob o ponto de vista ecológico, entretanto, conforme já exposto, faz-se necessário que a referida temática seja



objeto de atenção de profissionais, professores, estudantes e da sociedade, onde movido pelo estudo sistemático da realidade concreta e o desenvolvimento de pesquisas, possam despertar a capacidade de perceber, julgar e refletir sobre as causas, consequências dos problemas ambientais cotidianos, contribuindo para a superação de abordagens que propugnam uma cultura ambientalista de caráter “supra classista”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. e. **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- BOURCKHARDT, V. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social**. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CARNEVALE, B. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental**: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. 2009. 102f. Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**: Dia Mundial do Meio Ambiente. 2012. Disponível em <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em jan./2015.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: **Crítica Marxista** nº 16. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CORRÊA, D. C. **O debate ambiental no Serviço Social**: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.
- COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 21-36, 2009.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.
- DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. In: **Raízes**, nº 19, p. 31-36, 1999.
- _____. O metabolismo com a natureza. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 12, p. 105-117, 2001.
- _____. Uma Tipologia del Pelsamiento ambientalista. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (Org.). **Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo suetentable. Universidade Autónoma de Zacatecas, Migeul Angel Porrúa, México, p. 1-22, 2005.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GÓMEZ, J. A. D., et al. **Serviço Social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.



IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Prefácio. In: SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 30, São Paulo: Cortez, p. 89-102, 1989.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do Assistente Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, p. 196-212, 2013.

PEPPER, D. **Ambientalismo Moderno**. Tradução Carla Lopes Silva Correia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

RAFAEL, P. R. B. **A “questão ambiental” e o trabalho das Assistentes Sociais nos programas socioambientais das empresas em Recife**, 2008. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

SANTOS, R.. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, M. das G. e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”**: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social. 2008. 213f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. das G. e.; RAFAEL, P. R. B. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. In: **Anais XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, M. O. S., et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. B; SILVA, M. O. S. (Org.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 69-132, 2005.